

5 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo identificar as condições laborais do professor primário em um período de estruturação da rede escolar pública, organizada e controlada pelo Estado e, também, de consolidação da profissão docente por meio do estabelecimento de um escopo de determinações sobre as condições necessárias ao exercício da docência.

O ponto de partida da pesquisa estava centrado, inicialmente, no levantamento da legislação laboral, para a análise das modificações e reconfigurações, e no impacto dessas normatizações na consolidação da profissão de professor primário. No entanto, refletir sobre as condições de trabalho dos professores e a formação deste grupo profissional nos levou a tentar entender o próprio conceito de profissão. Esse movimento criou uma inflexão de pesquisa para o campo da sociologia das profissões que acabou subsidiando e atravessando todo o trabalho.

Assim, mostrou-se inevitável visitar os processos de estruturação e consolidação das chamadas *profissões imperiais*, direito, medicina e engenharia, consideradas paradigmas no debate sobre a formação das profissões liberais. Ainda que tenha ficado claro, com as leituras sobre a sociologia das profissões, que não poderíamos realizar uma simples comparação de atributos entre processos de profissionalização, o entendimento dos movimentos de profissionalização das *profissões imperiais* serviu como força propulsora dos questionamentos sobre a profissão docente.

Destacamos como questionamento inicial o papel do Estado na estruturação dos corpos profissionais. A questão do controle das instâncias formativas, da autorização do exercício profissional, do domínio e difusão dos saberes próprios que figuravam como pontos centrais para a consolidação das profissões imperiais, no caso da profissão docente estavam problematizados pela presença da administração e controle do Estado.

Essa constatação de pesquisa nos encaminhou para uma necessária busca de outras especificidades do processo de profissionalização do professor primário, como o entendimento dos processos de formação, de feminização e feminilização, de difusão de um viés salvacionista e de associativismo. Além disso, o estudo das questões laborais ganhou ainda mais relevância uma vez que passou a representar, a um só tempo, uma estratégia de controle estatal e uma marca distintiva da profissão.

O segundo momento do processo de pesquisa foi a consolidação das diversas legislações e normatizações que definiam ou influenciavam as condições de trabalho dos professores primários. Esse esforço se traduziu na estruturação do quadro *Legislação laboral dos professores primários (1854-1926)*, apresentado no segundo capítulo deste trabalho, que consideramos uma contribuição interessante para os estudos da profissão docente uma vez que possibilita a consulta para novas pesquisas e reflexões sobre o tema.

Na organização e análise desse material, alguns desafios se apresentaram. Em primeiro lugar, a dificuldade de localização em razão da pulverização dos documentos em acervos diversos ou da inexistência de registro. Os documentos de âmbito nacional encontram-se, em sua maior parte, disponíveis digitalmente, mas os regulamentos e decretos municipais estão divididos, em parte no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em menor número no Arquivo Nacional e alguns que só pudemos ter acesso ao tema, a numeração ou a fragmentos por meio de publicações de jornais da época.

O segundo desafio, refere-se à análise da legislação, uma vez que a multiplicidade de normativas, algumas vezes de curtíssima duração, os Avisos de exceção que desautorizavam decretos anteriores, dificultavam o entendimento de determinações educacionais e colocavam, constantemente, em *cheque* a sua efetivação. Tomamos como empréstimo as palavras de Carneiro Leão para explicar o desafio:

Uma das coisas que mais impressionam a quem procura estudar a legislação do ensino municipal e a multiciplidade e tumultuária de leis, publicadas esparsamente, em jornaes e em boletins da prefeitura. E querer conhecer tudo quanto a respeito da instrucção existe, no Distrito Federal, é então impraticável (LEÃO, 1926 p. 23).

Assim, foi necessário, em diversos momentos, trabalhar com documentos legais que estivessem refletidos nos regulamentos ou que encontrassem eco na voz ou manifestações dos professores ou da sociedade do período, em artigos de jornais ou comunicações dos professores com a administração pública.

Esse movimento deu nova orientação ao trabalho nos aproximando do cotidiano dos professores, suas dificuldades financeiras, o enfrentamento dos problemas de saúde, o desafio de progredir na carreira, entre outros fatores que constituíram a vida profissional desses docentes. Foram esses fatores que nos levaram a pensar, para além da constituição dos profissionais docentes, o lugar social desses professores.

Desta forma, entender a situação laboral dos professores primários significou, em muitos momentos, estabelecer comparações com outros segmentos profissionais. Utilizamos essa estratégia no estudo das questões salariais o que nos permitiu identificar a baixa remuneração oferecida aos docentes e compreender as manifestações de denuncia e revolta com os salários durante todo período estudado.

Por outro lado, o estudo sobre as aposentadorias e licenças localizam os professores submetidos às normatizações aplicadas aos funcionários públicos de maneira geral. De fato, os professores, antes de muitas categorias profissionais, dispunham de regras específicas para as aposentadorias que figuraram em toda a legislação laboral estudada. Apesar disso, foi possível problematizar a questão, não na comparação com outras profissões, mas como parte de um quadro de dificuldades laborais múltiplas e em contraste com o papel social erigido para a classe dos professores primários.

Outras especificidades laborais, que estavam mais intimamente ligadas ao controle do Estado sobre a Educação, também foram enfrentadas durante a pesquisa. As estratégias de punições e premiações demonstraram a importância das disposições laborais na consolidação de um modelo profissional docente que estava intimamente ligado a um projeto educacional estatal. Assim, as sanções e bonificações precisaram ser percebidas, menos como questões laborais e mais como ações políticas para a conformação de normas comportamentais e ideológicas, evidenciando assim o impacto dessas determinações na própria constituição da profissão de professor primário.

Nessa mesma esteira, destacamos a questão da fragmentação profissional como componente fundamental de estruturação da profissão. Essa fragmentação, entendida como a criação de cargos e categorias para o exercício da docência primária submetidas a condições de trabalho desiguais, funcionou como elemento de enfraquecimento e desordem intraprofissional que ainda merece novas reflexões e abordagens.

O estudo desse processo de fragmentação revela também novos personagens no cenário de consolidação da rede escolar na cidade do Rio de Janeiro, e do Brasil. Professores suburbanos, professores adjuntos, professores interinos entre outras categorias criadas pela administração pública, evidenciam as emergências e demandas escolares, em parte definidas pela adoção de um modelo de professor formado pelas Escolas Normais, além de indicar as tensões que refletiam e eram refletidas nas condições laborais desses profissionais.

Também o lugar das diversas categorias de professores na sociedade indicam novas possibilidades de pesquisa. Notadamente os chamados professores rurais, e mais tarde os professores suburbanos, possibilitam debates e articulações entre os professores e o desenvolvimento urbano. As demandas criadas pela expansão e reconfiguração das cidades no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX geram questionamentos sobre o perfil da população que se instalava nas zonas suburbanas e, conseqüentemente, no próprio perfil dos professores lotados nessas áreas. Certamente o aprofundamento sobre as características dessas categorias de professores poderão, em novas propostas de trabalho, alargar as reflexões sobre as condições de laborais desses docentes.

É necessário destacar ainda, que identificação da fragmentação profissional a que foram submetidos os professores primários, os baixos salários, o controle por meio de ações meritocráticas ou coercitivas, os entraves burocráticos para a concessão de aposentadorias e licenças são pontos relevantes que podemos enxergar como experiências sócio históricas constituidoras da profissão docente.

Fazendo empréstimo das reflexões de Tardif (2005) sobre a concepção de *experiência social* de Dubet, podemos localizar as condições laborais dos professores como um dos elementos de edificação de um universo profissional, de uma cultura partilha por todos os seus membros e que, historicamente construída, impacta e é impactada pelo conjunto de experiências individuais.

Neste sentido, importa reconhecemos a construção histórica dessas condições laborais, mas importa também entendermos essa construção como um processo de múltiplas experiências de seus atores, professores, agentes escolares, reformadores, entre outros. As leis, decretos e normas que aqui discutimos são construtores da identidade docente uma vez que foram vivenciados, debatidos, transmutado ou assimilados pelos professores em seu cotidiano de trabalho estabelecendo tensões e deixando marcas profissionais.

Podemos entender a construção histórica da condição laboral docente como elemento de estruturação da *identidade para o outro* e da *identidade para si*, na medida em que essa condição se estabeleceu como uma marca profissional reconhecida pela sociedade e pelos próprios professores como desprestigiada.

Assim, a verificação de uma forte fragmentação entre os professores primários que, respondendo a necessidades do Estado, foi traduzida e reconhecida na legislação educacional tornando-se um elemento de fragilização da profissão; a constatação de valores salariais baixos e historicamente equiparados às ocupações sem formação especializada, que desfaz os mitos sobre perdas salariais significativas dos professores e, finalmente, as relações de controle e resistência estabelecida entre os professores primários e a administração pública, emergem como laivo distintivo que se embrinca na construção do professor como profissional.

Esses elementos mostram-se relevantes frente ao debate acalorado e atual acerca da emergência da valorização dos professores primários. Diversos autores vêm produzindo trabalhos que estabelecem estratégias de mobilização profissional e reestruturação pedagógica que contribuem significativamente para o fortalecimento do campo e dos debates, mas que não deixam de expor os pontos nevrálgicos da profissão e as dificuldades de se apontar um caminho de reconstrução.

Nóvoa (2009) aponta essas dificuldades ao relacionar algumas urgências para a conquista da valorização docente, entre elas: passar a formação de professores para dentro da profissão, promover novos modos de organização da profissão, reforçar a dimensão pessoal e a presença pública dos professores. Essas urgências indicam a necessidade de mobilizações intraprofissionais que não podem dispensar um reconhecimento do processo de profissionalização docente.

Esperamos ter contribuído para o entendimento desta profissionalização, por meio do estudo da condição laboral, ambicionando que essa contribuição traduza-se em avanços para a História da Profissão Docente suscitando outros caminhos a serem percorridos.